

A PESQUISA HISTÓRICA EM ADMINISTRAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA PRÁTICAS DE PESQUISA

HISTORICAL RESEARCH IN MANAGEMENT: A PROPOSAL FOR RESEARCH PRACTICES

Recebido em: 23/04/2018 • Aprovado em: 14/09/2018

Avaliado pelo sistema *double blind review*

Editor Científico: Edson Sadao Izuka

DOI 10.13058/raep.2019.v20n1.1104

ALESSANDRA DE SÁ MELLO DA COSTA alessandra.costa@iag.puc-rio.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

MARCELO ALMEIDA DE CARVALHO SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RESUMO

Desde a última década, o uso da História vem se consolidando como uma perspectiva legítima nas pesquisas no campo da Administração, de forma geral, e nos Estudos Organizacionais de forma mais específica. Entretanto, apesar do amadurecimento, esse tipo de pesquisa ainda carece de maiores explicações a respeito de conceitos e procedimentos que possibilitem a operacionalização da pesquisa histórica dentro do campo da Administração. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo discutir os caminhos da Pesquisa Histórica em Administração como método de pesquisa. Para atingir esse objetivo, procuramos revisitar a retomada da pesquisa histórica em Administração para, em seguida, discutir três dos principais conceitos norteadores da pesquisa histórica: fato histórico, fontes e documentos históricos e a operação histórica, inseridos em um percurso e operacionalização metodológica, considerando as diferentes etapas da pesquisa histórica e suas particularidades. Pretendemos, com essa discussão, abrir caminhos para que pesquisadores da área de Administração possam assumir uma atuação crítica e reflexiva capaz de romper com o pensamento tradicional que percebe as organizações como estruturas estáticas, regulares e constituídas a partir de relacionamentos causais cujos padrões e leis universais buscam explicar e prever, historicamente, o que acontece no mundo social.

Palavras-chave: Pesquisa histórica; método de pesquisa; pesquisa qualitativa; método histórico; fonte histórica.

ABSTRACT

Since the last decade, the use of History has been consolidating as a legitimate perspective in research in the field of Administration in general and in Organizational Studies in a more specific way. However, in spite of the maturation, this type of research still needs to be explained more about concepts and procedures that allow the operationalization of Historical research within the field of Administration. In this sense, this article aims to discuss the paths of Historical Research in Administration as a research method, aiming to elucidate the concept of historical research and historical method. In order to reach this goal, we seek to revisit the historical research in administration and then discuss three main guiding concepts of historical research: historical fact, sources and historical documents and historical operation, inserted within a path and methodological operationalization considering the different stages of historical research and its particularities. With this discussion, we intend to open the way for researchers in the area of administration to assume a critical and reflexive action capable of breaking with traditional thinking that perceives organizations as static structures, regular and constituted from causal relationships whose universal laws and standards seek to explain and predict, historically, what happens in the social world.

Keywords: Historical research; research method; qualitative research; historical method; historical source.

INTRODUÇÃO

O que é uma pesquisa histórica? Como operacionalizá-la em estudos da área de Administração? A busca por respostas a essas perguntas vem, recentemente, instigando pesquisadores a promoverem debates em periódicos e eventos acadêmicos. Isso ocorre, em parte, porque apesar da importância da perspectiva histórica já ser compreendida como um significativo aparato teórico-epistemológico de entendimento dos fenômenos organizacionais (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010; VIZEU, 2010; ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014; BARROS; CARRIERI, 2015; BARROS, 2016; COSTA; SILVA, 2017), ainda são poucos os trabalhos que efetivamente se propõem a explicar o que é o método histórico, quais são as suas particularidades e os seus principais procedimentos aplicados à Administração. No caso do Brasil, alguns artigos de pesquisadores cujos objetivos podem ser considerados de cunho metodológico/instrutivo procuraram aproximar as duas áreas (VIZEU, 2010; MATITZ; VIZEU, 2012; CORAIOLA, 2012), descrever especificidades do ofício do historiador (BARROS, 2016) ou mesmo sugerir bibliografias (COSTA, 2015) sem, contudo, encaminharem discussões a respeito da pesquisa histórica e das formas de instrumentalizá-la.

Essa carência, no entanto, não é restrita aos artigos brasileiros e tem rendido também debates internacionais sobre o método histórico em pesquisas de Administração (YATES, 2014; MACLEAN; HARVEY; CLEGG, 2016). No bojo dessa discussão, alguns autores argumentam que, apesar de sua crescente valorização, a pesquisa histórica ainda pode ser considerada marginal na maioria dos livros sobre metodologia de pesquisa em ciências sociais, pois não desfruta do espaço dado a outros métodos de pesquisa (BELL; TAYLOR, 2013; KIPPING; WADHWANI; BUCHELI, 2014). Mesmo considerando algumas exceções, a literatura sobre metodologia em pesquisa social destina pouco ou nenhum espaço para essa abordagem e, quando o faz, oferece visões limitadas incapazes de lidar com os desafios oriundos do trabalho com fontes históricas sem elucidar de forma clara “como analisar e interpretar esse tipo de evidência no sentido de gerar re-

sultados dotados de validade e confiabilidade para os estudos organizacionais” (KIPPING; WADHWANI; BUCHELI, 2014, tradução nossa, p.310).

Pode-se afirmar que um dos argumentos mais fortes acerca dessa ausência transfere uma certa responsabilidade para o historiador, que não teria, por prática de pesquisa, de justificar metodologicamente o seu trabalho (BOOTH; ROWLINSON, 2006; DECKER, 2013; DE JONG; HIGGINS; VAN DRIEL, 2015). Contudo, como nos lembra Yates (2014), a falta de uma maior explicitação dos métodos não os tornam ausentes ou refletem negligências com a metodologia do trabalho. Essa discussão estaria mais relacionada com diferentes escolas, normas e práticas de escrita do que propriamente com uma ausência de metodologia em trabalhos históricos. Assim, seja pela marginalidade em livros de metodologia, seja pela falta de clareza nas práticas dos historiadores, a discussão a respeito do método histórico parece despertar a necessidade de maior nitidez em relação aos seus procedimentos operacionais, mais especificamente nas pesquisas aplicadas aos estudos de Administração, nos quais a transparência e, principalmente, a explicitação das práticas metodológicas são mais exigidas (ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014; YATES, 2014). Dessa maneira, atuar para desanuviar essa questão torna-se útil para pesquisadores da Administração que utilizam ou pretendem usar a perspectiva histórica.

Como dito anteriormente, diferentes periódicos internacionais já iniciaram um movimento nessa direção. Em 2013, por exemplo, o periódico *Management & Organizational History*, motivado pela “necessidade de fornecer orientações para aqueles que desejavam colocar em prática abordagens históricas”, publicou uma edição especial (*Doing Historical Research in Management and Organizational Studies*) dedicada a compartilhar experiências de autores que já haviam utilizado o método histórico, com o intuito de oferecer orientações práticas, ainda que de maneira incipiente, para desmistificar o uso de tal método (ADORISIO; MUTCH, 2013, tradução nossa, p. 2). Mais recentemente, em 2015, o periódico *Business History* trouxe novamente a questão sob o título de *Nova História dos Negócios? New business history?*) pretendendo discutir se a adoção de procedimentos metodológi-

cos daria origem a um novo conceito de História dos Negócios (DE JONG; HIGGINS, 2015).

Em 2016, como exemplo do prestígio alcançado pela temática, foram organizados dois números especiais: *Re-visiting the historic turn 10 years later: current debates in management and organizational history*, do periódico *Management & Organizational History*; e *Special Topic Forum on History and Organization Studies*, edição de um dos principais periódicos da área, o *Academy of Management Review*, totalmente dedicada ao tema da história nas organizações. Logo na abertura, os editores afirmam que a linha de investigação dedicada à História Organizacional “amadureceu o suficiente para contribuir com debates historiográficos mais amplos e se desenvolveu suficientemente para justificar uma pesquisa teoricamente embasada” (GODFREY; HASSARD; O’CONNOR; ROWLINSON; RUEF, 2016, p.590-591, tradução nossa). Por fim, em 2017, o periódico *Business History Review* organizou um número especial, denominado “*Debating Methodology in Business History*”, com o explícito objetivo de destacar novas metodologias em História dos Negócios.

É em consonância com esse movimento que o presente artigo busca refletir sobre a pesquisa histórica como método de pesquisa em Administração, de forma geral, e em Estudos Organizacionais, de maneira específica, a partir de três encaminhamentos. Primeiro, apresentamos a trajetória histórica da pesquisa histórica em Estudos Organizacionais. Depois, discutimos os principais conceitos norteadores da pesquisa histórica. Por último, propomos um percurso de operacionalização metodológica considerando as diferentes etapas da pesquisa histórica e suas particularidades.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PESQUISA HISTÓRICA EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

O interesse mais específico em como operacionalizar os procedimentos metodológicos históricos para compreensão e problematização dos fenômenos organizacionais apresenta-se vinculado a um movimento maior e menos recente de virada histórica (*historical turn*) que vem discutindo a importância da perspectiva histórica em Administração (BOOTH; ROWLINSON, 2006; ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014).

Se durante muito tempo o foco dos debates direcionava-se para a relevância (ou não) da perspectiva histórica, nos dias de hoje essa importância já é dada como certa e aceita sem grandes oposições. Na área de Estudos Organizacionais, por exemplo, a utilização da História para a compreensão dos fenômenos organizacionais não pode ser considerada uma novidade, e uma breve revisão da trajetória histórica dessa relação pode ser bastante ilustrativa. Na segunda metade do século XX, durante sua formação enquanto disciplina separada, os Estudos Organizacionais sofreram uma forte influência da visão cientificista norte-americana que resultou em um afastamento da história, conferindo um caráter a-histórico às pesquisas (KIESER, 1994; ÜSDIKEN; KIESER, 2004). Tal afastamento perdurou até quase o final do século XX. A partir dos anos 1990, todavia, teve início um movimento de reaproximação entre os dois campos de estudo que prosperou e permanece até os dias atuais (ZALD, 1993; GOLDMAN, 1994; KIESER, 1994; ÜSDIKEN; KIESER 2004; BOOTH; ROWLINSON, 2006; JACQUES, 2006; ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014). Sob a nossa ótica, essa reaproximação passou por três momentos diferentes.

Um primeiro momento nos remete, como dito, aos anos 1990, quando alguns autores (ZALD, 1993; GOLDMAN, 1994; KIESER, 1994) reivindicavam a (re)introdução da perspectiva histórica nos Estudos Organizacionais. Esse período pode ser caracterizado, não por uma produção efusiva de trabalhos que relacionassem as duas temáticas, mas por trabalhos que procuravam demonstrar a importância da análise histórica para compreensão dos fenômenos organizacionais. Apenas como apelo à didática, deno-

minaremos essa fase de “retomada”, pois compreendemos que os artigos produzidos nesse período tinham como intuito retomar a aproximação entre História e Estudos Organizacionais, convocando outros autores e pesquisadores a se engajarem, evidenciando os benefícios que essa aproximação poderia trazer à compreensão das organizações. Um trabalho exemplar nesse sentido é o artigo de Kieser (1994) com o sugestivo título de “*Por que a Teoria das Organizações precisa da Análise Histórica – e como esta deve ser realizada*” (*Why Organization Theory Needs Historical Analyses – And How This Should Be Performed*), publicado no *Organization Science*, em novembro de 1994, após o editor do jornal assistir à apresentação de Kieser no evento *European Group for Organizational Studies (EGOS) 1993*, onde o autor ressaltou a importância da análise histórica para as organizações, baseado em três razões principais (KIESER, 1994).

A primeira razão seria que estruturas e comportamentos no tempo presente das organizações refletem desenvolvimentos históricos. Ou seja, compreender uma organização implica, necessariamente, conhecer a sua história e os acontecimentos que contribuíram para formar a organização e sua maneira de atuar (seu passado cultural). A segunda razão apontada explica que a análise do passado das organizações potencializa a compreensão de tendências explicativas atuais teóricas e práticas. De acordo com Kieser (1994), o entendimento de eventos passados pode não apenas suportar a aplicação de teorias contemporâneas, mas auxiliar na explicação que essas teorias oferecem para certos fenômenos. A terceira razão defende que situações do presente que, sob olhar a-histórico, podem ser interpretadas como estabelecidas de maneira natural, ao serem analisadas sob a perspectiva da História, podem apresentar alternativas ao processo que desencadeou tal situação. A análise histórica, então, torna-se fundamental como ferramenta de crítica a interpretações determinísticas de fenômenos organizacionais. A quarta e última razão sugere que a análise histórica – e a sua visão de longo prazo – pode oferecer um teste mais rigoroso para as teorias que versam a respeito das mudanças organizacionais.

Um segundo momento pôde ser notado em meados dos anos 2000, quando outro conjunto de artigos (por exemplo: CLARK; ROWLINSON,

2004; ÜSDIKEN; KIESER, 2004; BOOTH; ROWLINSON, 2006; JACQUES, 2006) se propôs a discutir a pesquisa histórica em Administração seguindo o caminho pavimentado na década anterior. Nesta pesquisa, consideramos essa nova fase como a de consolidação da perspectiva histórica, uma vez que os trabalhos se desenvolveram no sentido de estabelecer bases epistemológicas e agendas de pesquisa confirmando sua relevância para os Estudos Organizacionais. Nesse período houve um aumento de chamadas para trabalhos que utilizassem a perspectiva histórica em Estudos Organizacionais, o qual ficou conhecido como virada histórica (*historic turn*), acompanhando as demais ciências sociais no movimento de retomada histórica.

Como explicam Clark e Rowlinson (2004), essa virada para a História faz parte de uma transformação mais ampla em alusão a termos como “virada discursiva” ou “virada linguística”. Essa virada assume que as diferenças culturais localizadas em diferentes momentos históricos podem ter diferentes interpretações, significados e visões de mundo, exigindo do pesquisador um maior aproveitamento da História para explicação do fenômeno estudado (VIZEU, 2010). Assim, o movimento representado pelo (a) volume crescente de chamadas para trabalhos que relacionassem História e Estudos Organizacionais, (b) a quantidade de programas de pesquisa que articulam as duas áreas; (c) o número significativo de trabalhos sobre o tema; e (d) o lançamento de alguns periódicos especializados na temática, como é o caso do *Management & Organizational History*, puderam ser consolidados sob a égide da virada histórica, oferecendo assim uma unicidade a diversos acontecimentos dispersos relacionados com a aproximação entre História e Administração (CLARK; ROWLINSON, 2004; ÜSDIKEN; KIESER, 2004).

Cabe ressaltar que, diferentemente da fase anterior, nesse período a tônica dos artigos procurava, de alguma maneira, propor uma discussão que pudesse consubstanciar a formação de um novo campo teórico. É o caso, por exemplo, de Üsdiken e Kieser (2004) que apresentaram uma classificação dos trabalhos sobre o tema publicados até então, baseados em três posições distintas nomeadas por eles como: suplementarista, integracionista e reorientacionista. De forma resumida, a posição suplementarista

se caracteriza pela aderência à visão de que os Estudos Organizacionais são uma ciência social com a qual a História pode contribuir substancialmente – confirmando e refinando teorias – e metodologicamente com seleção de variáveis e geração de hipóteses dentro de um contexto teórico. Essa posição acrescenta a história “como outra variável contextual, ao lado de outras variáveis, como as culturas nacionais” (BOOTH; ROWLINSON, 2006, p. 8, tradução nossa). Desse modo, a posição suplementarista trata a História apenas como um fator de contextualização do fenômeno observado. A posição integracionista, por sua vez, assume que a História deve ser trabalhada de maneira articulada com as demais ciências humanas. Segundo essa posição, o enriquecimento da história enquanto aporte para os estudos da organização pode ser obtido por meio da compreensão de que “formas e arranjos organizacionais têm sido moldados por eventos passados e que seu curso de desenvolvimento tem sido influenciado pelo contexto mais amplo” (ÜSDIKEN; KIESER, 2004, p.323). A posição reorientacionista, por sua vez, procura criticar a análise a-histórica existente na teoria das organizações (BOOTH; ROWLINSON, 2006). Não apenas isso, mas procura questionar também as próprias posições suplementarista e integracionista. A posição reorientacionista considera a História de maneira mais contundente dentro dos Estudos Organizacionais, permitindo “confrontar diferentes alternativas em termos de orientação teórica, metodologias e visões de mundo, priorizando um enfoque narrativo alinhado ao interesse mais amplo das orientações interpretativas e discursivas em oposição ao quadro científico tradicional” (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010, p. 296).

Um terceiro momento identificado na trajetória da perspectiva histórica nos Estudos Organizacionais remete a estudos mais recentes datados do final da primeira metade da década de 2010. Nessa fase, a História já é percebida como um importante campo de estudos para compreensão dos fenômenos organizacionais e os trabalhos voltam-se para questões metodológicas-procedimentais. Por isso, novamente com um objetivo exclusivamente didático, essa fase será aqui referida como fase metodológica. Desse modo, os trabalhos produzidos nessa fase procuram enfatizar questões que possam facilitar a convergência entre os dois campos, especialmente em

termos procedimentais, indicando diferenças consideradas relevantes nos procedimentos adotados por historiadores e cientistas sociais e propondo maneiras de convergir as formas de fazer pesquisa histórica em organizações, principalmente para que essas pesquisas transitem com mais fluência nos estudos da Administração.

Nessa direção, destacam-se o trabalho de Rowlinson, Hassard e Decker (2014), alguns capítulos do livro *Organizations in Time: History, Theory, Methods*, organizado por Bucheli e Wadhvani (2014) (os capítulos do livro que tratam especificamente da temática metodológica procedimental são de autoria de Yates (2014); Lipartito (2014); e Kipping, Matthias e Wadhvani (2014)) e as edições especiais já citadas na introdução deste artigo.

Rowlinson, Hassard e Decker (2014), por exemplo, apontam três dualismos epistemológicos entre as práticas de pesquisa da História e dos Estudos Organizacionais. O primeiro deles se refere às diferentes formas explicativas acerca dos fenômenos pesquisados. Enquanto o historiador se preocupa com problemas epistemológicos relacionados com a construção narrativa (com o enredo – plot – determinando a seleção de fatos, a construção destes a partir dos arquivos e a aceitação de que os mesmos fatos históricos podem ser construídos por meio de diferentes formas de narrativa), o teórico organizacional submete a narrativa à análise e às relações causais entre os conceitos e categorias.

O segundo dualismo proposto diferencia a concepção de fontes. Segundo os autores, grande parte dos historiadores utiliza fontes oriundas de intensiva pesquisa em documentos e arquivos cuja origem e localização (normalmente pública) são explicitadas de forma a garantir verossimilhança por meio da verificação e reinterpretação de outros pesquisadores. Nesse sentido, as informações sobre a origem das fontes estão, necessariamente, explícitas no texto ou em notas de rodapé. Por outro lado, o teórico organizacional cujas fontes, na maior parte das vezes, não estão disponíveis para acesso público, buscam explicitar seus procedimentos de coleta e análise aplicados em um conjunto de dados rigorosamente construído. A verossimilhança é alcançada por intermédio da possibilidade de replicação da análise. O terceiro e último dualismo destaca a importância da periodiza-

ção nas pesquisas históricas. Historiadores definem os períodos de análise de acordo com o contexto histórico definido pelas fontes. Assim, diferentes historiadores podem adotar distintas periodizações para um mesmo período cronológico, caso as fontes apresentem diferentes rupturas que se adequem ao objeto de pesquisa. Pesquisadores organizacionais utilizam uma periodização predeterminada, normalmente cronológica, assumida como uma constante e definida por um historiador.

Enfim, esses trabalhos mais contemporâneos, em conjunto, procuram desenvolver a pesquisa histórica, tornando-a mais inteligível. Ou seja, passada a fase de afirmação, os pesquisadores da área de Estudos Organizacionais estão agora voltados para o desenvolvimento de procedimentos da pesquisa histórica que garantam o estabelecimento do diálogo entre os dois campos, sem que haja reduções ou perdas no campo da História, mas que, ao mesmo tempo, possam ser compreendidos pelos teóricos organizacionais.

No Brasil essa discussão chegou um pouco mais tarde, mas foi acompanhada por pesquisadores da área de Estudos Organizacionais preocupados com a afirmação da História enquanto campo de estudo e compreensão do fenômeno administrativo. Nesse sentido, alguns trabalhos podem ser considerados ilustrativos desse movimento. A pesquisa pioneira de Isabela Curado (2001) sobre História Empresarial já aponta para aspectos positivos da pesquisa historiográfica em Administração, posição posteriormente reforçada por Pieranti (2008). Outros dois trabalhos foram publicados no mesmo ano pela *Revista de Administração de Empresas* (RAE): Vizeu (2010) e Costa, Barros e Martins (2010). É possível perceber nessas pesquisas a argumentação em torno das possíveis benesses da aproximação entre História e Administração com algumas propostas de como fazer essa aproximação.

Mais recentemente, alguns trabalhos no Brasil vêm, aos poucos, encaminhando a pesquisa para a discussão relacionada às fontes da pesquisa histórica. É o caso, por exemplo, de Barros (2016), que procura debater o conceito e uso de arquivos para a pesquisa em Administração; Coraiola (2012), que discute especificamente a utilização dos arquivos empresariais e as dificuldades de acesso inerentes a essa pesquisa; de Barros e Carrieri

(2015), que pensam acerca do cotidiano e a história, e de Amorim Neto e Rodriguez (2016), que buscam estabelecer as contribuições e os desafios do método de história comparada.

Cumprе ressaltar que as fontes utilizadas por pesquisadores que trabalham com a história não se restringem apenas às fontes documentais. Por outro lado, também vem crescendo o número de pesquisadores interessados em fontes orais. É o caso de Gomes e Santana (2010) que, no contexto de valorização das pesquisas qualitativas no campo da Administração, defendem o uso da metodologia da História Oral como elemento capaz de aproximar a História e a Gestão. Com o foco nos métodos históricos biográficos e por meio de uma pesquisa bibliométrica, Colomby, Peres, Lopes e Costa (2016) apresentam o debate sobre o método de Histórias de Vida em Estudos Organizacionais. Também Joaquim e Carriero (2018) utilizam as fontes orais para pensar e problematizar as práticas cotidianas de gestão a partir do entrelaçamento entre história, oralidade, memória e Histórias de Vida.

Por fim, um outro grupo de pesquisadores tem procurado contribuir para o desenvolvimento da pesquisa histórica em Estudos Organizacionais no Brasil com trabalhos que objetivam investigar a história da formação do ensino de Administração no Brasil, como é o caso da FGV/EAESP (ALCADI PANI; BERTERO, 2012; 2014); das Escolas de Comércio e Ensino Superior (BARROS, 2012; 2017; BARROS; CARRIERI, 2013); de organizações como ISEB e CEPAL (WANDERLEY, 2015; 2016) e IDORT (VIZEU, 2018); e da História da Administração Pública Brasileira (COSTA; COSTA, 2016).

A PESQUISA HISTÓRICA

O método de pesquisa histórico sistematiza, identifica, coleta, organiza e avalia criticamente fontes documentais que têm relação com ocorrências do passado. Assumindo uma noção de documento ampliada, pode-se identificar uma grande diversidade de registros, tais como cartas, livros, relatórios, diários, pinturas, esculturas, fotografias, filmes, mitos, lendas, falas, espaços [...]” (SAMARA; TUPY, 2010, p. 117). Entretanto, as etapas principais na produção de um trabalho histórico são as mesmas que as de qualquer outra pesquisa na área de ciências sociais e ciências sociais aplicada. A estrutura de um projeto de pesquisa histórica, por exemplo, possui a mesma estrutura de um projeto de pesquisa em Estudos Organizacionais: definição, justificativa e delimitação do tema; definição do problema, objetivos e fontes da pesquisa; construção do quadro teórico; coleta de dados; crítica e validação dos dados; análise e interpretação dos dados; e síntese. Também cabe ressaltar que o método histórico pode surgir em uma abordagem quantitativa ou qualitativa. O que vai efetivamente diferenciar as duas pesquisas e que, no nosso entender, é a grande contribuição do método histórico, são certas especificidades que compõem essa estrutura. E esse é exatamente o ponto que buscamos destacar. Assim, este ensaio concentra seus esforços em apresentar os seguintes conceitos que norteiam (embricadamente) as fases da pesquisa histórica: (a) o fato histórico, compreendido como acontecimentos que deram origem às diferentes interpretações históricas acerca do ocorrido; (b) o documento e a fonte histórica, ou seja, qualquer vestígio do passado que foi conservado e serve para compreender sua época; e (c) a operação histórica, isto é, o processo crítico pelo qual é submetida uma fonte de modo que possa suportar o pesquisador a responder suas inquietações.

DEFINIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA DE PESQUISA

No que diz respeito à definição e delimitação do tema e do problema de pesquisa, a particularidade da pesquisa histórica recai sobre duas questões.

Primeiro, para o historiador, a escolha de um problema de pesquisa não é obra do acaso ou de alguma inspiração pessoal. Como o pesquisador faz parte de uma época, com seus problemas, seus acontecimentos marcantes, seus debates e correntes de pensamento, escolhe temas que falam mais de suas próprias inquietações do que de tempos passados e memoráveis (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010). Como acrescenta Prost (2012, p. 96), “a questão do historiador é formulada do presente em relação ao passado, incidindo sobre as origens, evolução e itinerários [de suas pesquisas]”.

Dessa forma, o tempo (multifacetado) é a substância da história, e o tempo do historiador e da pesquisa histórica é o tempo social, sempre incorporado aos seus problemas de pesquisa, aos seus documentos e aos fatos pesquisados, inseridos e delimitados por uma periodização. Deve-se destacar, contudo, que essa perspectiva de historicidade é recente, como nos mostra o embate travado entre uma historiografia política tradicional (Escola Metódica) e uma historiografia renovada (Escola dos Annales) (BURKE, 1992; 2010). Assim, contra os pressupostos da historiografia tradicional que considera a história objetiva (cujos documentos são os indiscutíveis depositários da verdade dos fatos passados, quietos e silenciosos nos arquivos à espera da sua descoberta), a historiografia renovada apresenta a inevitabilidade da falta de isenção do pesquisador ao olhar sobre o passado para uma história dominada pelo presente (BURKE, 1992; CURADO, 2001; COSTA; BARROS; MARTINS, 2010). De acordo com Prost (2010, p. 85), por exemplo, “os próprios historiadores da escola metódica – que pretendiam escrever uma história puramente científica, desligada, sem tumultos, das contingências sociais – formularam a questão relativa à nação e às instituições, ou seja, as questões políticas mais relevantes da época”.

Segundo, a delimitação da pesquisa no tempo (corte temporal), no espaço (geográfico) e como universo de análise (homogeneidade das fontes) explicita a questão do uso das fontes históricas. É o pesquisador que vai escolher entre uma pluralidade de níveis de temporalidade: o tempo curto dos acontecimentos, o tempo médio das conjunturas, o tempo de longa duração das estruturas e as diferenças em seus ritmos. Ou seja, o tema vai levar o pesquisador a escolher a temporalidade, o método, as

técnicas e as fontes a empregar na pesquisa, uma vez que cada área de estudos históricos apresenta peculiaridades próprias (por exemplo, no caso da História do Tempo Presente, as fontes mais utilizadas são os depoimentos e entrevistas).

De acordo com Aróstegui (2006), a motivação para desenvolver uma pesquisa histórica pode surgir de novas fontes, novas conexões entre as fontes ou de insatisfações com fatos existentes, baseadas em novos pontos de vista ou novas curiosidades sociais. Uma particularidade da pesquisa histórica aponta que, muitas vezes, pesquisas motivadas por novas fontes têm tanta importância para o avanço do conhecimento histórico quanto o desbravamento de novos campos de pesquisa. Essas inquietações levam o pesquisador a delimitar o tema de sua pesquisa sobre o qual irá desenhar o seu problema. Antes disso, porém, assim como os demais pesquisadores, o historiador deve desenvolver seu plano de pesquisa prevendo como irá abordar esse tema. O planejamento da pesquisa histórica deve, então, explicitar o tema da pesquisa, quais serão os procedimentos previstos para estudar tal tema e as fontes que serão utilizadas. Esse último ponto merece destaque: ao determinar como pretende investigar tal tema, o pesquisador deve levar em consideração as fontes, a organização das informações e as relações com as demais pesquisas que o abordam. Ainda que o autor pondere que tamanha precisão seja quase impossível no momento inicial da pesquisa, ele alerta para o fato de que a pesquisa não pode progredir sem que o pesquisador esteja “consciente de quais são seus objetivos e seus meios ou instrumentos” (ARÓSTEGUI, 2006, p.469). Após o planejamento, o pesquisador deve refinar seu tema de pesquisa na tentativa de circunscrevê-lo como um problema. Baseado neste problema, o pesquisador precisa definir os objetivos de sua pesquisa considerando as delimitações cronológicas, sistemáticas e territoriais.

COLETA DE DADOS: FONTES E DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Para a pesquisa histórica, fatos, documentos e fontes históricas são constituídos a partir de uma imbricada relação de interdependência. O que são fatos históricos? Os fatos históricos são a base essencial para o ofício do his-

torizador e nunca são construídos de forma definitiva. Uma narrativa oficial não é sinônimo de uma narrativa verdadeira e aproxima-se mais da ideia de uma narrativa consagrada e/ou legitimada por uma sociedade posicionada no tempo e no espaço. Isso ocorre porque não existe uma visão unívoca a respeito do passado. Pelo contrário, como já foi dito, novas versões sobre o passado surgem de forma recorrente cada vez que novas fontes são identificadas e construídas.

Como desdobramento, os fatos históricos são sempre verificáveis, ou seja, o historiador sempre fornece a possibilidade de verificação de suas afirmações. Esse é um ponto importante. O método histórico é baseado em regras de verificação que se manifestam frequentemente em notas de rodapé (EVANS, 1997; ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014; YATES, 2014). Assim, enquanto pesquisadores sociais expõem seus procedimentos de construção de dados para inspeção em uma parte ou capítulo metodológico no relatório, historiadores utilizam complexas e extensas notas de rodapé para explicar fontes, localização de arquivos, autor da fonte, data em que foi escrito o material, o nome do arquivo com as referências de localização (KIPPLING; WADHWANI; BUCHELI, 2014). Em outras palavras, notas de rodapé, assim como referências bibliográficas, não são apenas “dispositivos retóricos para produzir um efeito de verdade”, mas servem para que o leitor possa verificar se as fontes estão alinhadas e suportam as declarações do historiador (EVANS, 1997, p. 127).

Os fatos históricos são fabricados por meio de documentos e adquirem importância em função de serem, em certo sentido, a base para o julgamento histórico. Cabe salientar, entretanto, que todo documento histórico é uma construção permanente e permite (e/ou viabiliza) leituras diferentes dos fatos. Assim, assume-se que o documento é uma produção social e, portanto, (a) é tudo aquilo que um determinado momento decidir que é um documento; (b) é dado como documento histórico em razão de uma determinada visão de uma época; e (c) existe em relação ao meio social que decide conservá-lo como tal (KARNAL; TATSCH, 2009). Como exemplo desse argumento, a própria noção de documento histórico construída socialmente a partir do final do século XIX – com ênfase nos docu-

mentos escritos como materiais da História e circunscritos em bibliotecas e arquivos – altera-se no decorrer do século XX. Se antes o historiador (autônomo, imparcial e neutro) tinha por função identificar fontes históricas e a autenticidade do documento, hoje tanto a noção de fato histórico quanto a de documento foram modificadas (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

Conforme a noção de documento vai se alterando, também se amplia a noção de fonte histórica. É por isso que, segundo Pinsky e Luca (2013), o documento é transformado em fonte pelo olhar do historiador. É o historiador quem constitui em fontes históricas evidências do passado, a partir do diálogo que estabelece com elas. Ou seja, é o historiador quem dá voz às fontes, questionando-as a respeito daquilo que elas podem revelar acerca das sociedades e épocas às quais pertenceram. Nesse sentido, é o próprio processo de pesquisa que constitui as fontes históricas por meio de um processo dialógico de pergunta e resposta entre o pesquisador e a fonte (LIPARTITO, 2014).

Dessa forma, pode-se afirmar que não existem fontes históricas *a priori* (antes do início da pesquisa) nem fontes absolutas. Toda fonte é histórica para determinada questão de pesquisa, ou seja, não há fatos históricos por natureza, mas apenas por sua posição em relação a um observador. Podemos então considerar como fonte histórica todo o “material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, por meio do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 491). Assim, o historiador, por intermédio dessas fontes, é capaz de reconstruir o passado atribuindo-lhe um sentido.

Vale destacar que nem todas as fontes históricas apresentam-se como um documento escrito e pode-se identificar um movimento contemporâneo de valorização das fontes não tradicionais. Para o senso comum, as fontes tradicionais estão localizadas em arquivos públicos (nacional, estadual ou municipal); arquivos particulares, museus, bibliotecas e centros de memória e documentação. Contudo, os documentos e fontes históricas podem adquirir diferentes configurações (formas, abordagens e lugares), tais como: “[...] culto de santos, doutrinas religiosas, livros pornográficos

e clandestinos, ilustrações, caricaturas, jornais, manuais de bons hábitos, fotografias, literatura médica, receituários, dietas alimentares, [...] e uma infinidade de outras mais” (JANOTTI, 2006, p. 15). Assumir novas configurações possíveis de fontes contribui para enriquecer os estudos de áreas onde existe a dificuldade de acesso às fontes históricas tradicionais, como é o caso da História dos Negócios e da História Empresarial. No que diz respeito, por exemplo, ao acesso e uso de fontes documentais de empresas, no Brasil são poucos os acervos e arquivos empresariais organizados e disponíveis para consulta pública. Diante desse contexto, ao procedermos a pesquisas com base em História Empresarial, Curado (2001) nos sugere “para compensar a falta de documentos sistematizados [...] utilizar diversas fontes, como, por exemplo, depoimentos e narrativas de história oral, buscando verificar as características das organizações, de seus processos e das atividades administrativas, no período estudado”.

Todavia, grande parte das fontes não são encontradas com facilidade e em bom estado, o que exige do pesquisador paciência, tempo e um trabalho investigativo bastante minucioso. Nesse sentido, classificar a fonte segundo alguns critérios pode ajudar na tarefa de contextualizá-la e analisá-la. Segundo Aróstegui (2006), fontes podem ser classificadas de acordo com a sua posição (fontes diretas ou indiretas), intenção (voluntárias ou não voluntárias), qualitativas (fontes materiais ou culturais) e quantitativas.

O primeiro grupo citado – fontes diretas ou indiretas – faz referência ao conceito de fonte primária ou secundária. Fontes diretas são aquelas criadas no contexto histórico em estudo, enquanto fontes indiretas são aquelas fontes mediadas. Os estudos contemporâneos de História relativizam esse conceito na medida em que tal classificação dependeria da natureza do estudo. Assim, uma fonte pode ser considerada direta para determinado estudo, mas indireta para outro. O critério de intencionalidade considera a intencionalidade da fonte. As fontes intencionais dividem-se em materiais (que incluem construções feitas para registrar alguma informação histórica, a exemplo de lápides, construções comemorativas como o Arco do Triunfo, em Paris) ou culturais (crônicas, fontes orais, biografias, memórias). As fontes não intencionais materiais são todos os objetos, construções,

utensílios, moedas cujo objetivo é outro, diferente da perpetuação de uma informação ou memória. De forma similar, documentos administrativos, jurídicos ou econômicos podem ser considerados fontes não intencionais, não materiais. Essa distinção entre material e cultural é o que caracteriza a fonte qualitativamente. O critério quantitativo alude àquelas fontes dispostas em grandes quantidades e que podem ser dispostas em série como registros em um banco de dados, além de dados numéricos quantitativos, como por exemplo, séries históricas utilizadas em estudos econômicos.

Da mesma forma que as fontes, os dados também podem ser classificados. E aqui cabe uma ressalva acerca dos diferentes encaminhamentos assumidos por pesquisadores organizacionais e historiadores que, segundo Rowlinson, Hassard e Decker (2014), revela um profundo dualismo epistemológico entre as duas perspectivas.

Os pesquisadores organizacionais que empregam métodos qualitativos preferem utilizar dados primários, ou seja, dados criados (em grande parte pelos próprios pesquisadores) com o objetivo específico da pesquisa em curso, como entrevistas ou observação (ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014; YATES, 2014). O historiador, por sua vez, tem preferência por documentos, imagens ou artefatos que foram criados em outra época, cujo propósito não era, obviamente, a pesquisa atual. Rowlinson, Hassard e Decker (2014) explicam que aquilo que os pesquisadores organizacionais qualitativos denominam dados secundários, ou seja, criados com outros propósitos que não a pesquisa, são conhecidos pelos historiadores como fontes primárias, caso tenham sido criadas no período de interesse do estudo.

Essas fontes, criadas no período que está sendo objeto de estudo e, por isso mesmo, sob a perspectiva do historiador, constituem-se na melhor fonte para a pesquisa (LIPARTITO, 2014). Quanto mais primária a fonte for, mais valiosa será para o pesquisador histórico. Tendo em vista a impossibilidade do historiador em recriar fatos históricos ou mesmo observá-los, sua função passa a ser reconstruir e compreender o passado por meio de evidências criadas cotidianamente, sem a intenção de atender a pesquisas futuras (YATES, 2014). Assim, artefatos, documentos, imagens são mais caros ao

historiador se foram criados contemporaneamente no passado em estudo, ainda que não tenham sido criados com o objetivo de atender ao pesquisador e, por isso, sejam considerados dados secundários pelos demais pesquisadores sociais. Estes últimos consideram esses dados passíveis de vieses, já que foram criados com outras intenções e, assim, podem não ser confiáveis (LIPARTITO, 2014; KIPPLING; WADHWANI; BUCHELI, 2014; ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014). Lipartito (2014), contudo, argumenta que a preferência dos historiadores por fontes primárias (dados secundários) visa, exatamente, aumentar a validade e confiabilidade da pesquisa.

A confiabilidade pode ser compreendida, segundo os cientistas sociais, como a capacidade que determinado procedimento tem para gerar os mesmos resultados em diferentes testes. Para o historiador, a confiabilidade provém do nível de interferência do autor ao produzir a fonte (KIPPLING, 2014). A preferência por fontes criadas não intencionalmente justifica-se pelo argumento de que essas fontes, produzidas com outros objetivos, não foram moldadas de forma a atender aos propósitos da pesquisa, oferecendo, aos olhos do historiador, mais confiabilidade à fonte (LIPARTITO, 2014; KIPPLING; WADHWANI; BUCHELI, 2014; ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014).

Utilizar fontes primárias permite que “múltiplos olhos examinem as mesmas fontes em seu contexto original” (LIPARTITO, 2014, p. 288), possibilitando a replicação da pesquisa mesmo que o objetivo não seja o questionamento de achados anteriores, mas, sim, contribuições com novas visões e percepções. Desse modo, não só o conceito de confiabilidade mas também o de validade divergem entre esses pesquisadores: enquanto para os pesquisadores organizacionais a validade se refere à capacidade que determinado instrumento tem de medir determinado fenômeno, na pesquisa histórica esse conceito está associado ao estudo das circunstâncias em que determinada fonte foi criada. Assim, uma fonte possui validade, antes de tudo, se foi constituída dentro do período em análise (LIPARTITO, 2014; KIPPLING; WADHWANI; BUCHELI, 2014).

Além disso, é importante verificar se a fonte é adequada historicamente ao tema de pesquisa. Como Lipartito (2014) exemplifica, um jornal

do século XIX pode ser considerado uma fonte primária em um estudo histórico sobre mídias ou veículos de comunicação, mas talvez possa ser considerado como uma simples narrativa, caso o tema de estudo seja costumes cotidianos e políticas da época. Sobre isso, Aróstegui (2006, p. 481) afirma que “uma fonte histórica é fonte ‘para’ alguma história [...]”. A validade da fonte dependerá, então, do contexto em que foi criada, levando-se em conta o autor e sua adequação ao tema estudado e, ainda, que maior validade ela terá quanto mais for aderente ao tema e contemporânea ao período.

Independentemente da orientação metodológica – quantitativa ou qualitativa – o pesquisador em Administração possui a prerrogativa de escolha a respeito da temporalidade de seu estudo. Em estudos da Administração são possíveis tanto trabalhos que pesquisam determinado fenômeno ao longo do tempo, suas causas e mudanças provocadas por ele – estudos longitudinais – quanto aqueles que analisam um fenômeno situado em um ponto específico do tempo. Ainda que passíveis de críticas por negligenciar o contexto histórico (ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014), estudos em Administração não estão comprometidos com estudos longitudinais que, por definição, são a base de pesquisas históricas (YATES, 2014). O historiador não pode abrir mão do comportamento temporal-sequencial do fenômeno social estudado, pois a temporalidade “é o determinante, o condicionante essencial de sua pesquisa” (ARÓSTEGUI, 2006, p.454). Como complementa Prost (2012, p. 96), isso ocorre porque o que diferencia o historiador de outros pesquisadores (como sociólogos ou etnólogos) é a dimensão diacrônica de sua pesquisa: “a história faz-se a partir do tempo”.

Além disso, em estudos da Administração, o tempo é considerado como uma constante, em vez de historicamente situado. Isso quer dizer que esse pesquisador considera o tempo de acordo com a cronologia previamente definida (comumente por um historiador), em sequência baseada no tempo físico, utilizando datas e eventos como marcadores, como o período pós-guerra, a Revolução Francesa ou a Idade Média (ROWLINSON; HASSARD; DECKER, 2014). De forma oposta, o historiador divide o tempo social com base em suas fontes e o contexto historiográfico. Por exemplo, um historiador envolvido com uma pesquisa empresarial considera o

tempo de acordo com eventos sociais relacionados com a empresa estudada (fusões, compra de novas fábricas, falecimento do fundador) e não por eventos externos à empresa, definidos previamente, como a Segunda Guerra Mundial ou o ataque de 11 de Setembro. Esse procedimento é chamado de periodização, uma vez que é o pesquisador quem define seu objeto no tempo e espaço, baseado em um contexto histórico.

Voltando aos procedimentos de coleta de dados (por vezes também chamada de documentação), esta começa com o trabalho do pesquisador em identificar a localização das fontes relevantes ao seu trabalho de pesquisa (CARDOSO, 1982; BACELLAR, 2005). Esse trabalho – descobrir as fontes pertinentes ao seu problema de pesquisa – é o primeiro trabalho de observação do pesquisador histórico (ARÓSTEGUI, 2006). O pesquisador deve então “desvendar onde se encontram os papéis que podem lhe servir, muitas vezes ultrapassando obstáculos burocráticos e a falta de informação organizada, mesmo em se tratando de arquivos públicos” (BACELLAR, 2005, p. 46). Para isso, uma boa sugestão é iniciar pelas notas de rodapé e referências bibliográficas de pesquisas já publicadas sobre o tema pesquisado. Cardoso (1982, p. 86) lista que, além disso, o pesquisador pode lançar mão do uso de “catálogos e fichários de arquivos e bibliotecas, na consulta de repertórios documentais e bibliográficos publicados [...] arquivistas e bibliotecários [...] historiadores e “eruditos” que já pesquisaram na área [...]”.

Nos dias atuais, recorreremos em nossas pesquisas ao uso de instrumentos eletrônicos de pesquisa. Todavia, em termos de documentação histórica, ainda são poucos os locais que possuem uma coleção digitalizada, fazendo-se necessário o acesso físico às fontes (BACELLAR, 2005). Segundo o autor, o objetivo é que as fontes disponíveis contenham informações sobre o órgão que catalogou essa documentação, descrevendo explicitamente a tipologia documental produzida. Usualmente, as fontes consultadas nos principais arquivos públicos e privados possuem essa informação, pois já sofreram o processo de identificação, catalogação, inventário e racionalização por meio de alguma técnica arquivística que justifique o seu arquivamento. Apesar disso, o pesquisador pode deparar-se com outros tipos de

documentos que não foram devidamente analisados, principalmente documentos pessoais, obtidos diretamente com indivíduos e seus herdeiros ou mesmo documentos de empresas.

É importante destacarmos aqui, especialmente considerando a pesquisa histórica em Administração, que nem sempre o pesquisador terá livre acesso às fontes de que necessita. Ainda que saiba de sua existência e as localize, o acesso e reprodução de seu conteúdo podem ser controlados por alguma instituição ou legislação (CORAIOLA, 2012). Em relação à pesquisa no interior de empresas, muitas informações são consideradas confidenciais e por isso não têm seu acesso e/ou reprodução autorizados (COSTA, 2004). Da mesma forma, documentos sensíveis, muitas vezes relacionados a períodos de regimes repressivos, são protegidos por lei de acesso ou mesmo por restrição da instituição que os criou e os preserva.

Ao longo de sua pesquisa, o historiador deve registrar todo e qualquer dado que possa facilitar a identificação do documento (referência no arquivo, remetente, pessoa ou órgão que o produziu), a fim de documentar tal informação em seu relatório de pesquisa com o intuito de orientar o leitor a utilizar a mesma documentação se assim desejar. Cardoso (1982) sugere a criação e utilização de uma ficha documental de identificação, contendo informações relativamente estáveis, impressas com lacunas para o preenchimento por parte do pesquisador, data da coleta, tema, páginas, autor. Atualmente tal ficha pode ser produzida previamente, impressa, levada ao local de consulta e preenchida no momento da coleta. Desse modo, o historiador pode controlar sua pesquisa, exaurindo-a em determinado tema, bem como orientar-se nos próximos documentos a serem pesquisados e preenchimento de lacunas (ARÓSTEGUI, 2006).

Assim como em outras ciências sociais, o historiador precisa avaliar a quantidade de fontes investigadas e sua relação com o crescimento do conhecimento. De início, a descoberta das fontes contribui consideravelmente para a explicação do problema em questão. A fase da coleta de dados, no entanto, é a mais longa do processo de pesquisa e também a que pode levar a atrasos e esforços inúteis. Quando a coleta de informações torna-se uma redundante reunião de dados que não possuem ganhos incrementais de co-

nhcimento, o pesquisador deve optar pela suspensão da pesquisa e passar para a etapa de análise e interpretação do material coletado.

A OPERAÇÃO HISTÓRICA: CRÍTICA E ANÁLISE DOS DADOS

Diante da miríade de evidências com potencial de assumir o papel de fonte histórica, cabe indagarmos: como se pode diferenciar fontes históricas de simples artefatos e documentos? Afinal, nem todo registro pode ser considerado uma fonte histórica, mas registros sempre existem como evidências de certos acontecimentos.

Como já foi dito anteriormente, não existem fatos históricos por natureza, mas apenas por sua posição em relação a um observador. E é este olhar do historiador sobre suas fontes – por meio da operação histórica de crítica interna e externa dos documentos – que transforma uma fonte em fonte histórica. Esse processo de transformação ocorre pela “adoção de alguns procedimentos básicos que tornam mais seguro o trabalho do pesquisador” (SAMARA; TUPY, 2007, p. 70). Ao se deparar com uma fonte, o pesquisador deve se questionar sobre a sua fiabilidade e adequação (ARÓSTEGUI, 2006). Segundo o autor, a análise da fiabilidade das fontes incluiria a verificação de autenticidade, a depuração das informações e a contextualização. A autenticidade deve ser feita pelo processo de datação (estratificação, radiatividade, comprovação de datações explícitas) e/ou linguístico.

A fim de verificar a credibilidade interna, ou seja, o valor do conteúdo das fontes, o pesquisador precisa lidar com a questão da validade e confiabilidade de sua fonte. Para isso, deve dar continuidade à operação histórica, indagando a respeito das condições de criação e preservação dessa fonte. A validade de uma fonte está intimamente relacionada com o conceito de fonte primária discutido anteriormente. Ademais, durante o processo de contextualização de suas fontes, compete ao pesquisador avaliar a intenção do autor ao criar tal fonte. Ciente da impossibilidade de neutralidade dos documentos, o pesquisador deve saber avaliar sob que circunstâncias e influências tal fonte foi gerada e qual o impacto disso na pesquisa. O historiador precisa compreender o contexto de suas fontes para perceber que “algumas imprecisões demonstram interesses de quem as escreveu [...] ser

historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização [...]” (BACELLAR, 2005, p. 64).

De uma forma geral, a fim de verificar a autenticidade da sua fonte, o pesquisador deve buscar respostas para as seguintes indagações: Com qual objetivo esta fonte foi criada? Quem criou esta fonte? Em que circunstâncias foi criada? Por que foi preservada? Para quem foi produzida? (BACELLAR, 2013; LIPARTITO, 2014). Responder a essas questões significa contextualizar essas fontes, ou seja, compreender o que ali está representado à luz do contexto de sua época. Como representações de eventos passados, as fontes foram elaboradas em contextos culturais e sociais diferentes para atender a necessidades específicas, distintas das atuais (SAMARA; TUPY, 2007, BACELLAR, 2013).

Assim, após a identificação e a classificação das fontes, e de forma semelhante a qualquer pesquisa em ciências sociais, os dados coletados devem passar por um processo de análise com o objetivo de transformá-los em um “corpo articulado de evidências”. Nesse ponto da pesquisa, o historiador tem como alternativa utilizar diversas técnicas para análise das informações colhidas, muitas delas coincidentes com as demais ciências, que podem ser divididas em técnicas qualitativas e técnicas quantitativas. No primeiro grupo, estão dispostas as técnicas de observação documental (leitura temática de arquivos, dados da imprensa, publicações oficiais e textos bibliográficos); técnicas filológicas (análise de conteúdo e estudos linguísticos); e pesquisa oral (História Oral). No grupo de técnicas quantitativas, estão a tabulação e indexação de documentos; a utilização de estatística descritiva e inferencial; e análise textual quantificada. Tendo em vista a já citada preferência por técnicas qualitativas, neste reduzido espaço focaremos de forma ilustrativa apenas um tipo de método em detrimento dos demais.

A observação documental procura aplicar uma leitura orientada pelo tema de pesquisa, buscando informações factuais, como dados, relatos, notícias, correspondências, registros administrativos, que estejam relacionadas com o fenômeno estudado e que possam clarificar o problema de pesquisa. A leitura das fontes não deve ser feita de modo superficial, mas

com o intuito de explicar o fenômeno estudado, ultrapassando o limite da simples descrição dos fatos encontrados. Nesse sentido, cabe ao pesquisador procurar transcrever integral ou parcialmente seu conteúdo para proceder a uma leitura que permita a análise interna (em relação ao conteúdo) e externa, que situe o documento em seu contexto. Essa leitura orientada por questões relacionadas ao problema da pesquisa permitirá as articulações necessárias para que o pesquisador possa atingir os objetivos expostos previamente no projeto.

Não obstante, o estudo histórico contemporâneo requer o uso de técnicas mais profundas de análise. Dessa forma, a simples leitura temática cujo escopo prevê a apreensão direta e objetiva das informações pode dar lugar ao uso de técnicas filológicas, como a análise de conteúdo ou análise do discurso. Essas técnicas permitem que o pesquisador investigue ideias subjacentes, desvelando sentidos ocultos, o que, por meio da leitura temática, não seria possível (CARDOSO; VAINFAS, 1997; WODAK, 2001). A análise dos documentos, utilizando recursos de linguagem e discurso, requer uma leitura hermenêutica da fonte, baseada em recursos como a polifonia, o uso seletivo de palavras, estudos etimológicos e semânticos, análise semiótica, identificação de metáforas, visando compreender por meio da linguagem as mudanças sociais ao longo do tempo. A última técnica qualitativa descrita aqui é a História Oral. Essa técnica caracteriza-se pelo uso de testemunhos obtidos oralmente por agentes ou testemunhas de fatos históricos (THOMPSON, 1978; FERREIRA; AMADO, 2006). Obviamente, o uso de tal técnica limita a temporalidade da pesquisa, uma vez que necessita de testemunhas vivas ou de recursos como gravadores para documentar a fala. Além disso, a fonte oral apresenta dificuldades na objetividade, manuseio dos dados, condução correta da entrevista, recuperação de memória e, por isso, é aconselhável que seja feita em conjunto com outras fontes. Ainda assim, apesar de ser uma técnica nova, permitiu que diversos grupos pudessem ter voz na historiografia, facilitando a entrada do cidadão comum nos estudos históricos.

Por fim, como em qualquer pesquisa, o historiador deve buscar construir uma cadeia argumentativa em torno de seu problema de pesquisa e produzir um relatório final de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo refletir sobre a pesquisa histórica como método de pesquisa em Administração. Primeiro, apresentamos a história da trajetória histórica da perspectiva histórica em Estudos Organizacionais. O resgate dessa trajetória tornou possível a identificação dos (des)caminhos que essa aproximação trilhou e de potenciais benefícios que a perspectiva histórica pode trazer para as pesquisas na área de Administração.

Um primeiro benefício refere-se à possibilidade de se ter uma melhor compreensão acerca dos fenômenos administrativos (e organizacionais), ao situá-los historicamente no tempo e no espaço. Ao assim proceder, o pesquisador consegue desnaturalizar fenômenos organizacionais, identificando e problematizando a sua trajetória de existência (e formas de atuação) na sociedade. Nesse sentido, a análise histórica pode constituir-se como uma ferramenta de crítica a interpretações determinísticas. Um outro potencial benefício diz respeito ao incentivo à formação de pesquisadores plurais e mais interdisciplinares, abertos a novos problemas e novas fontes de pesquisa. Também se pode identificar o benefício proveniente da problematização acerca de contextos, modelos e teorias organizacionais anacrônicas que prescindem dos aspectos históricos e que, ao assim procederem, provocam distorções metodológicas e uma intemporalidade universal. E, por fim, a pesquisa histórica contribui para a aproximação e engajamento dos pesquisadores com o contexto local e histórico da sociedade brasileira.

O método histórico é algo bastante fácil de circunscrever, o que não quer dizer que seja de fácil implementação. Como a História é uma prática social, as diferenças e complexidades residem nas opções epistemológicas e teóricas que os pesquisadores não desvinculam do seu aparato metodológico e que dizem respeito à história que os pesquisadores estão escolhendo fazer. É por isso que alguns pontos são inerentes ao ofício do historiador e à pesquisa histórica, como a premissa de que as fontes documentais não falam por si e não são imóveis depositórios de fatos ocorridos no passado. Depois apresentamos os principais conceitos norteadores da pesquisa histórica: fato histórico, fontes e documentos históricos e a operação histórica.

No nosso entender, a relação intrínseca entre esses elementos viabiliza a tomada de consciência da construção social (e política) do fato histórico e da não inocência do documento.

Entender o documento como dinâmico e construído socialmente leva o pesquisador a assumir uma atuação crítica e reflexiva de (re)conhecimento das suas fontes e das implicações da sua escolha em trabalhar com elas. Ao assim proceder, o pesquisador descortina os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber. No caso das pesquisas na área de Administração, ao atuarem desse modo, os pesquisadores podem romper com a tradição, tanto de considerar as organizações como estruturas estáticas, regulares e constituídas a partir de relacionamentos causais, quanto com a prática de explicar e predizer o que acontece no mundo social sugerindo leis universais.

Por último, propusemos um percurso de operacionalização metodológica considerando as diferentes etapas da pesquisa histórica e suas particularidades. Nesse percurso não tivemos a pretensão de indicar as diferenças ontológicas ou epistemológicas entre as áreas da Administração e da História e tampouco esgotar todas as possíveis diferenças metodológicas. Também não intencionamos indicar um método único e limitador. Pelo contrário, buscamos esclarecer aspectos essenciais da pesquisa histórica de forma a oferecer recursos para que o pesquisador possa identificar os pontos mais relevantes em relação à sua própria pesquisa e, a partir de seus interesses específicos, decidir pelo encaminhamento metodológico mais adequado aos seus interesses. Assim, a indicação de um desenho de pesquisa histórica teve apenas o intuito de instigar e abrir caminhos para a pesquisa histórica e permitir que mais pesquisadores possam se engajar nessa perspectiva.

Por fim, reproduzindo a pergunta de Prost (2012, p. 7) “O que se faz quando se pretende fazer história?”, assume-se neste artigo que o campo de estudos em Administração pode se beneficiar com a pesquisa histórica, mas, para isso, existe ainda a necessidade de se discutirem com mais profundidade procedimentos metodológicos compartilhados que possam ser compreendidos e implementados por pesquisadores de ambas as áreas.

REFERÊNCIAS

- ADORISIO, Anna Linda Misacchio; MUTCH, Alistair. In search of historical methods. *Management & Organizational History*, v. 8, n. 2, p. 105-110, 2013.
- ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos Osmar. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 3, 2012.
- ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos Osmar. Uma escola americana no ultramar? Uma historiografia da EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, v. 54, n. 2; p.154-169, 2014.
- AMORIM NETO, Otavio; RODRIGUEZ, Julio Cesar Cossio. The new comparative-historical method and its contributions to political science and public administration. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 6, p.1003-1026, 2016.
- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006. 592 p.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-80..
- BARROS, Amon Narciso. Uma narrativa sobre a História dos cursos de Administração da FACE-UFMG: às margens do mundo e à sombra da FGV? *Tese de Doutorado*. FACE-UFMG. 2013.
- BARROS, Amon Narciso. Archives and the “Archive”: dialogue and an agenda of research in organization studies. *Organizações & Sociedade*, v. 23, n. 79, p. 609-623, 2016.
- BARROS, Amon Narciso. Antecedentes dos cursos superiores em Administração brasileiros: as escolas de comércio e o curso superior em Administração e Finanças. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 15, n. 1, p. 88-100, 2017.
- BARROS, Amon Narciso.; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Ensino superior em Administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 2, 2013.
- BARROS, Amon Narciso; CARRIERI, Alexandre de Pádua. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. *Revista de Administração de Empresas*, v. 55, n. 2, p. 151-161, 2015.
- BELL, Emma; TAYLOR, Scott. Writing history into management research. *Management & Organizational History*, v. 8, n. 2, p. 127-136, 2013.
- BOOTH, Charles; ROWLINSON, Michael. Management and organizational history: Prospects. *Management & Organizational History*, v. 1, n. 1, p. 5-30, 2006.
- BURKE, Peter. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. 368 p.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: 1929-1989*. 2a Ed. São Paulo: UNESP, 2010. 176 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion *Uma introdução à história*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 126 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Texto. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Ed.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508 p.

CLARK, Peter; ROWLINSON, Michael. The treatment of history in organisation studies: towards an 'historic turn'? *Business history*, v. 46, n. 3, p. 331-352, 2004.

COLOMBY, Renato Koch; PERES, Amanda Graziela da Luz.; LOPES, Fernanda Tarabal; COSTA, Sílvia Generali. A pesquisa em história de vida nos estudos organizacionais: um estudo bibliométrico. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, p. 852-887, 2016.

CORAIOLA, Diego. Importância dos arquivos empresariais para a pesquisa histórica em Administração no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 2, 2012.

COSTA, Alessandra de Sá Mello. Indicações Bibliográficas. *Revista de Administração de Empresas - RAE*, v. 55, n. 2, p. 232-233, 2015.

COSTA, Alessandra de Sá Mello; BARROS, Denise Franca; MARTINS, Paulo Emílio Mattos. Perspectiva Histórica em Administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, n. 3, 2010.

COSTA, Alessandra de Sá Mello; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Memória e formalização social do passado nas organizações. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 6, 2011.

COSTA, Alessandra de Sá Mello; SILVA, Marcelo Almeida Carvalho. Novas Fontes, Novas Versões: Contribuições do Acervo da Comissão Nacional da Verdade. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 21, n. 2, 2017.

COSTA, Célia Maria Leite. Acesso à informação nos arquivos brasileiros: retomando a questão. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 32, p. 178-188, 2004.

COSTA, Frederico Lustosa; COSTA, Elza Marinho Lustosa. Nova História da Administração Pública Brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 2, p. 215-236, 2016.

CURADO, Isabela. Pesquisa historiográfica em administração: uma proposta mercadológica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25, 2001, Campinas. *Anais*. Campinas: ANPAD, 2001.

DE JONG, Abe.; HIGGINS, D.M; VAN DRIEL, H. Towards a new business history?. *Business History*, v. 57, n. 1, p. 5-29, 2015.

DE JONG, A.; HIGGINS, David Michael. New business history? *Business History*, v. 57, n. 1, p. 1-4, 2015.

DECKER, Stephanie; KIPPING, Matthias; WADHWANI, Daniel. New business histories! Plurality in business history research methods. *Business History*, v. 57, n. 1, p. 30-40, 2015.

DECKER, Stephanie. The silence of the archives: business history, post-colonialism and archival ethnography. *Management & Organizational History*, v. 8, n. 2, p. 155-173, 2013.

EVANS, Richard J. *In defence of history*. Granta Books, 1997. 287 p.

FERREIRA, Fabio Vizeu. Potencialidades Da Análise Histórica Nos Estudos Organizacionais Brasileiros. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, n. 1, p. 37-47, 2010.

FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina. (Eds.). *Usos & abusos da história oral*, 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 304 p.

GODFREY, Paul; HASSARD, John; O'CONNOR, Ellen; ROWLINSON, Michael; RUEF, Martin. What is organizational history? Toward a creative synthesis of history and organization studies. *Academy of Management Review*, v. 41, n. 4, p. 590-608, 2016.

GOLDMAN, Paul. Searching for history in organizational theory: Comment on Kieser. *Organization Science*, v. 5, n. 4, p. 621-623, 1994.

GOMES, Almiralva Ferraz; SANTANA, Wesley Gusmão Piau. A História Oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 8, n. 1, p.1-18, 2010.

JACQUES, Roy Stager. History, historiography and organization studies: The challenge and the potential. *Management & Organizational History*, v. 1, n. 1, p. 31-49, 2006.

JANOTTI, Maria Lourdes. O livro fontes históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 9-22, 2005.

JOAQUIM, Natália; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Construção e desenvolvimento de um projeto de História Oral em estudos sobre gestão. *Organizações & Sociedade*, v. 25, n. 85, 2018.

KARNAL, Leandro.; TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, p. 9-28, 2009.

KIESER, Alfred. Why organization theory needs historical analyses—and how this should be performed. *Organization Science*, v. 5, n. 4, p. 608-620, 1994.

KIPPING, Matthias; ÜSDIKEN, Behlul. History in organization and management theory: More than meets the eye. *The Academy of Management Annals*, v. 8, n. 1, p. 535-588, 2014.

KIPPING, Matthias.; WADHWANI, Daniel R.; BUCHELI, Marcelo. Analyzing and interpreting historical sources: A basic methodology. In: BUCHELI, Marcelo; WADHWANI, Daniel R. *Organizations in time: History, theory, methods*, UK: Oxford University Press, p. 305-329, 2014.

LIPARTITO, Kenneth. Historical sources and data. In: BUCHELI, Marcelo; WADHWANI, Daniel R. *Organizations in time: History, theory, methods*, UK: Oxford University Press, p. 284-304, 2014.

MATITZ, Queila; VIZEU, Fabio. Construção e uso de conceitos em estudos organizacionais: por uma perspectiva social e histórica. *Revista de Administração Pública-RAP*, v. 46, n. 2, 2012.

PIERANTI, Otavio. A Metodologia Historiográfica na Pesquisa em Administração: uma discussão acerca de princípios e de sua aplicabilidade no Brasil contemporâneo. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 6, n.1, p. 1-12, 2008.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Autêntica, 2012. 288 p.

ROWLINSON, Michael; HASSARD, John; DECKER, Stephanie. Research strategies for organizational history: A dialogue between historical theory and organization theory. *Academy of Management Review*, v. 39, n. 3, p. 250-274, 2014.

SAMARA, Eni Mesquista; TUPY, Ismênia Silveira. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 167 p.

THOMPSON, Paul. *The voice of the past: Oral history*. UK: Oxford University Press, 1978. 385 p.

ÜSDIKEN, Behlul; KIESER, Alfred. Introduction: History in organisation studies. *Business History*, v. 46, n. 3, p. 321-330, 2004.

VIZEU, Fabio. IDORT e Difusão do Management no Brasil na Década de 1930. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 58, n. 2, p. 163-173, 2018.

WANDERLEY, Sergio Eduardo. Desenvolvimento(ism)o, descolonialidade e a geo-história da Administração no Brasil: a atuação da Cepal e do Iseb como instituições de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação. *Tese de Doutorado*. EBAPE/FGV, 2015.

WANDERLEY, Sergio Eduardo. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 6, 913-936, 2016.

WODAK, Ruth. The Discourse-Historical Approach. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Ed.) *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, p. 63-94, 2001.

YATES, Joanne. Understanding historical methods in organization studies. In: BUCHELI, Marcelo; WADHWANI, Daniel R. *Organizations in time: History, theory, methods*, UK: Oxford University Press, p. 265-283, 2014.

ZALD, Mayer. Organization studies as a scientific and humanistic enterprise: Toward a reconceptualization of the foundations of the field. *Organization Science*, v. 4, n. 4, p. 513-528, 1993.

DADOS DOS AUTORES

ALESSANDRA DE SÁ MELLO DA COSTA alessandra.costa@iag.puc-rio.br

Doutora em Administração pela FGV/EBAPE

Instituição de vinculação: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Estudos Organizacionais. História, Memória e Organizações. Comunicação e Discursos Organizacionais. Teorias Organizacionais (Perspectivas reflexivas sobre organizações e a dinâmica organizacional; novas epistemologias e perspectivas críticas).

Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio do IAG Gávea Rio de Janeiro/RJ 22451-900

MARCELO ALMEIDA DE CARVALHO SILVA marceloacs@hotmail.com

Doutor em Administração pela PUC-Rio

Membro do Núcleo de Pesquisa em Administração da FACC/UFRJ (NUPAD - ADM/UFRJ) e do PPGCC/FACC

Instituição de vinculação: Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Áreas de interesse em pesquisa: Má conduta organizacional - violência, crimes corporativos, violação dos direitos humanos, corrupção - e as formas adotadas para a normalização de tais práticas. Perspectiva Histórica na Gestão. Análise do Discurso.